



ÁGUAS DO CENTRO LITORAL, S.A.

DEGA-ENG-DIV I 44

CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL PARA A CELEBRAÇÃO
DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO DE
PROJETOS E EMPREENDIMENTOS – LOTES F A I

CADERNO DE ENCARGOS

OUTUBRO 2023

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.^a

Objeto

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no(s) contrato(s) a celebrar cujo objeto consiste na prestação de serviços de “*Gestão de Projetos e Empreendimentos – Lotes F a I*”, de acordo com o previsto no presente Caderno de Encargos.
2. O presente procedimento é constituído pelos seguintes lotes:
 - a) Lote F – Gestão de Projetos e Empreendimentos para o Polo Mondego;
 - b) Lote G – Gestão de Projetos e Empreendimentos para o Polo Mondego;
 - c) Lote H – Gestão de Projetos e Empreendimentos para o Polo Ria;
 - d) Lote I – Gestão de Projetos e Empreendimentos para o Polo Ria.
3. Para a execução da prestação de serviços, devem ser afetos os seguintes recursos humanos:
 - a) Lote F - Um Técnico Superior de Gestão de Projetos e Empreendimentos para o Polo Mondego;
 - b) Lote G – Um Técnico Superior de Gestão de Projetos e Empreendimentos para o Polo Mondego;
 - c) Lote H – Um Técnico Superior de Gestão de Projetos e Empreendimentos para o Polo Ria (componente de projeto);
 - d) Lote I – Um Técnico Superior de Gestão de Projetos e Empreendimentos para o Polo Ria.

Cláusula 2.^a

Contrato

1. O(s) contrato(s) integra(m) os seguintes elementos:
 - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes e expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do disposto no artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos (“CCP”);
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c) O presente caderno de encargos e os seus anexos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta prestados pelo adjudicatário.

2. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, em caso de divergência entre os vários documentos que integram o contrato, a prevalência é determinada pela ordem por que vêm enunciados no número anterior.
3. Os ajustamentos propostos pela entidade adjudicante nos termos previstos no artigo 99.º do CCP e aceites pelo adjudicatário nos termos previstos no artigo 101.º do mesmo diploma legal prevalecem sobre todos os documentos previstos no n.º 1 da presente cláusula.

Cláusula 3.ª

Prazo

1. O(s) contrato(s) inicia(m)-se na data da sua celebração, correspondente à data de aposição da última assinatura, mantendo-se em vigor pelo prazo inicial de 1 (um) ano, podendo ser renovado(s) por iguais períodos até ao limite máximo de duração de 3 (três) anos, sem prejuízo das obrigações acessórias que perdurarem para além da sua cessação.
2. Para efeitos do disposto no número anterior, as partes poderão opor-se à renovação do contrato através de carta registada remetida com, pelo menos, 60 (sessenta) dias de antecedência em relação ao termo do contrato ou de cada uma das suas renovações, sem necessidade de invocação de justa causa.
3. A oposição à renovação do contrato, respeitando o prazo fixado no número anterior, não confere direito a qualquer indemnização.

CAPÍTULO II

OBRIGAÇÕES DAS PARTES

SECÇÃO I

OBRIGAÇÕES DO COCONTRATANTE

Cláusula 4.ª

Obrigações do Cocontratante

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável e no presente Caderno de Encargos e respetivos anexos, constituem obrigações principais do Cocontratante as seguintes:
 - a) Executar, pontualmente, a prestação de serviços, em conformidade com a proposta adjudicada e com o disposto no presente Caderno de Encargos, com observância das normas vigentes e em absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência, defendendo os legítimos interesses e expectativas da AdCL;

- b) Respeitar toda a legislação em vigor e as normas aplicáveis em vigor em matéria social, laboral, ambiental, de igualdade de género e de prevenção e combate à corrupção, decorrentes do direito internacional, europeu, nacional ou regional, nomeadamente dando cumprimento, se aplicável, ao disposto no artigo 419.º-A ex vi artigo 451.º do CCP, sendo o único responsável por quaisquer determinações ou sanções que lhe sejam impostas por entidades oficiais;
 - c) Aplicar a legislação, os regulamentos e as normas técnicas inerentes às disciplinas envolvidas na prestação dos serviços objeto do contrato;
 - d) Cumprir os horários e forma de prestação de serviços previstos no presente Caderno de Encargos;
 - e) Assegurar que o(s) recurso(s) a afetar à execução contratual reúne(m) as condições estabelecidas na Cláusula 7.ª, n.º 8 do presente Caderno de Encargos;
 - f) Se aplicável, indicar um representante ou interlocutor/interlocutores de contacto com a AdCL;
 - g) Promover a articulação constante com a AdCL, através de reuniões, contactos telefónicos e comunicações via e-mail;
 - h) Comunicar à AdCL, no prazo de 5 (cinco) dias após a respetiva verificação, qualquer circunstância que possa condicionar o regular desenvolvimento da prestação dos serviços contratados;
 - i) Sujeitar-se à ação fiscalizadora da AdCL;
 - j) Garantir o sigilo quanto à informação a que tiver acesso na execução da prestação de serviços;
 - k) Prestar todas as informações e esclarecimentos que forem solicitados pela AdCL, ao longo do período da prestação de serviços;
 - l) Cumprir e garantir o cumprimento do disposto no Regulamento dos Fornecedores e apresentar todos os documentos que a AdCL vier a solicitar, nomeadamente os constantes no Anexo I do referido Regulamento e que sejam aplicáveis aos serviços em apreço;
 - m) Garantir a correta utilização das instalações e equipamentos que lhe forem confiados, sendo-lhe vedado dar uso diferente do que lhes é devido;
 - n) Devolver, no termo do contrato, os bens que lhe tenham sido confiados, em perfeito estado de utilização, ressalvadas as deteriorações inerentes a uma prudente utilização, em conformidade com os fins do contrato.
2. A título acessório, o Cocontratante fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 5.^a

Local da execução do(s) contrato(s)

O Cocontratante obriga-se a prestar os serviços descritos no presente Caderno de Encargos nos locais indicados no **ANEXO I**, que contém a localização geográfica das áreas dos Polos Mondego (para os Lotes F e G) e Ria (para os Lotes H e I).

Cláusula 6.^a

Horário e forma da prestação de serviços (comum aos quatro Lotes)

1. Os serviços devem ser prestados nos locais referidos na Cláusula anterior, considerando o(s) lote(s) em questão, por recurso(s) com o perfil indicado na Cláusula seguinte, num período de 40 (quarenta) horas por semana, 52 (cinquenta e duas) semanas por ano, no horário entre as 9:00h e as 18:00h, num total de 8 (oito) horas diárias.
2. Caso haja necessidade de executar a prestação de serviço por um período de horas mensal superior ao que resulta do definido no número anterior, será realizada uma compensação no mês seguinte na forma acordada entre as partes.

Cláusula 7.^a

Especificações dos serviços a executar

1. A execução dos serviços objeto do(s) contrato(s) a celebrar deve ser realizada por Técnico(s) de Gestão de Projetos e de Empreendimentos, com as habilitações académicas e profissionais definidas no número 8 da presente Cláusula, tendo em vista o controlo das fases de conceção, execução e garantia de determinado projeto e investimento da AdCL, nas componentes de custo, prazo, adequabilidade ao fim a que se destina, qualidade, ambiente e segurança.
2. Para efeitos do disposto no número anterior, competirá ao(s) referido(s) Técnico(s) de Gestão de Projetos e de Empreendimentos, executar os seguintes serviços:
 - a) Elaboração e acompanhamento de todo o processo de contratação de estudos, projetos, fiscalizações, empreitadas, entre outros, desde a elaboração dos documentos jurídicos até à sua promoção na plataforma eletrónica de contratação, acompanhamento e fecho dos contratos;
 - b) Elaboração e acompanhamento da evolução de estudos, projetos e investimentos indicados pela AdCL;
 - c) Acompanhamento de todos os processos associados ao desenvolvimento e construção de empreendimentos/execução de empreitadas que lhe forem indicadas, em todas as suas vertentes e fases construtivas, com respeito pelos requisitos de qualidade exigidos, competindo-lhe designadamente o exercício de funções correspondente a diretor de obra.

3. Os serviços referidos nos números anteriores compreendem, entre outras, as seguintes tarefas:
- a) Assegurar a gestão dos processos associados à contratação pública e à obtenção de licenciamentos de funcionamento de infraestruturas;
 - b) Preparação da contratação de estudos, projetos, empreitadas, fiscalizações e outras assessorias/serviços;
 - c) Garantir a resposta atempada a solicitações das entidades externas e internas, em termos de informação, assegurando fiabilidade da mesma;
 - d) Propor a aprovação de estudos e/ou projetos de construção, ampliação e reabilitação;
 - e) Verificação e análise dos projetos antes do início da construção e análise e validação de eventuais alterações aos projetos ao longo das respetivas empreitadas;
 - f) Assegurar a implementação dos requisitos legais aplicáveis e dos procedimentos do Sistema de Gestão (qualidade, ambiente, segurança, energia e responsabilidade social) da Águas do Centro Litoral;
 - g) Acompanhamento técnico de estudos e projetos que lhe forem distribuídos, a desenvolver pela Águas do Centro Litoral, no âmbito da sua atividade;
 - h) Acompanhar a construção de novas infraestruturas e a reabilitação das existentes, como lhe for indicado;
 - i) Proceder à elaboração de medições inerentes à construção das obras que lhe forem atribuídas;
 - j) Acompanhar e assegurar a verificação da sua qualidade e conformidade dos trabalhos com o pretendido;
 - k) Colaborar e apoiar no controlo de entidades fiscalizadoras de empreitadas no sentido de se fazer cumprir as suas obrigações durante o desenvolvimento da obra;
 - l) Verificação de eventuais problemas no desenvolvimento e realização das obras que lhe forem atribuídas, com as consequentes incidências em termos de custo e/ou prazos;
 - m) Verificação dos projetos das empreitadas e das metodologias propostas pelos adjudicatários;
 - n) Gestão administrativa das empreitadas, incluindo o controlo e planeamento e execução dos trabalhos; controlo de qualidade e custos; controlo de fornecimento e montagem de equipamentos e controlo do processo de fecho dos contratos;
 - o) Participar nas receções provisórias e definitivas das obras incluindo transição de infraestruturas;
 - p) Fiscalizar a execução de pequenas obras, quando solicitado;
 - q) Participar no processo de vistorias e elaboração dos respetivos autos nos processos de libertação antecipada de garantias bancária, depósitos caução, seguros-caução, entre outros;

- r) Fazer o reporte atempado de informação de monitorização, assegurando a fiabilidade da mesma, nomeadamente quanto aos dados solicitados;
 - s) Dar cumprimento aos procedimentos e normas regulamentares em vigor;
 - t) Conhecer a Política de Gestão e promover o cumprimento dos seus requisitos;
 - u) Promover a melhoria contínua dos processos e garantir a sua implementação;
 - v) Assegurar a implementação dos requisitos legais aplicáveis e dos procedimentos do Sistema de Gestão (qualidade, ambiente, segurança, energia e responsabilidade social);
 - w) Seguir as melhores práticas estabelecidas e documentadas nos princípios, regras e práticas constantes do Código de Conduta e Ética da Águas de Portugal e subscrito pela Águas do Centro Litoral;
 - x) Assegurar a implementação do Regulamento de Fornecedores e do Código de Conduta para Fornecedores e Subfornecedores;
 - y) Denunciar qualquer situação que possa envolver a AdCL, os seus fornecedores e subcontratados em trabalho infantil e/ou trabalho forçado, bem como denunciar qualquer tipo de discriminação com base no género, nível etário, acesso a formação, religião, política, opção sexual ou outra, sobre si próprio ou qualquer colaborador da AdCL;
 - z) Realizar com zelo, dedicação e espírito de colaboração, todas as tarefas atribuídas e garantir a boa utilização e preservação dos meios que lhe forem disponibilizados para execução da prestação de serviços;
 - aa) Assegurar, sempre que necessário, o desempenho de outras funções e atividades, de acordo com orientações da AdCL.
4. Para efeito do disposto nos números anteriores, o(s) recurso(s) a afetar à execução dos serviços deve(m) ter viatura própria, considerando-se incluído no preço contratual da prestação de serviços os encargos a suportar por este(s) relativos às deslocações que tiver(em) de realizar no âmbito da execução do contrato, que se estimam em 25.000 km/ano.
5. O Cocontratante deve assegurar, no decurso da execução dos serviços, os meios informáticos para a correta execução do contrato, segundo os critérios em vigor na AdCL, nomeadamente:
- a) Acesso compatibilizado aos recursos da rede IT;
 - b) Cumprimento dos requisitos e regras de utilização de recursos informáticos;
 - c) Cumprimento das regras de cibersegurança e segurança da informação;
 - d) Integração no processo de gestão operacional e suporte técnico de IT.
6. Para os efeitos do disposto no número anterior, o Cocontratante deve garantir/assegurar:
- a) Um posto de utilizador informático, composto por um PC portátil, monitor, teclado, rato, docking station e mochila de transporte, de características idênticas ou equivalentes aos

- equipamentos que atualmente são utilizados na AdCL (a saber: computador portátil DELL, modelo Latitude 5530 ou Latitude 5430 e monitor LENOVO THINKVISION T23i ou DELL P2317H / P2319H).
- b) Que o *software* exigido para as funções previstas no presente Caderno de Encargos e a utilizar no computador afeto ao contrato é fornecido e instalado pela AdCL, sem prejuízo de *software* adicional que o Cocontratante possa complementarmente propor, por entender adequado para a prestação dos serviços, cabendo-lhe neste caso o respetivo fornecimento, sob prévia aprovação da AdCL e, a esta última, a respetiva instalação e gestão operacional;
 - c) O equipamento referido no número anterior é gerido operacionalmente pela AdCL, através do seu Departamento de Sistemas de Informação.
7. A AdCL disponibilizará local para apoio da execução da prestação de serviços com uma secretária, cadeira e consumíveis de escritório, no Polo correspondente ao Lote a que respeita a proposta, nos seguintes locais, a saber:
- a) Lote F – edifício sede em Coimbra;
 - b) Lote G – edifício sede em Coimbra;
 - c) Lote H – edifício administrativo em Aveiro;
 - d) Lote I – edifício administrativo em Aveiro.
8. O(s) Técnico(s) de Gestão de Projetos e de Empreendimentos, a afetar à prestação de serviços, deve(m) ter o(s) seguinte(s) perfil(is):
- a) Para todos os Lotes:
 - i. Licenciatura “pré-Bolonha” ou Mestrado “pós-Bolonha”, em Engenharia Civil;
 - ii. Inscrito na Ordem dos Engenheiros ou na Ordem dos Engenheiros Técnicos;
 - iii. Experiência em funções similares (em trabalhos de direção de obra de obras públicas, projeto ou fiscalização) num período não inferior a 10 anos;
 - iv. Conhecimento de infraestruturas de sistema de abastecimento de água e de recolha de águas residuais e equipamentos associados;
 - v. Conhecimentos de legislação, nomeadamente em contratação pública (CCP) e demais legislação do setor público;
 - vi. Conhecimentos de informática na ótica do utilizador (Excel, Word, Project, Autocad);
 - vii. Mínimo de 2 (dois) anos de experiência no *software* de gestão SAP e na plataforma de contratação pública AcinGOV;
 - viii. Domínio de competências de comunicação e relacionamento interpessoal;
 - ix. Carta de Condução.

- b) Para o Lote H, cumulativamente ao referido na al a) anterior:
 - i. 5 (cinco) anos de experiência em hidráulica urbana na componente de projeto.
- 9. Na execução da prestação de serviços, o(s) Técnico(s) de Gestão de Projetos e de Empreendimentos terão toda a autonomia técnica, sem prejuízo da necessidade de respeitar as metodologias, procedimentos e planos implementados na AdCL, carecendo de aprovação da Direção de Engenharia e Gestão de Ativos da AdCL a implementação de novas metodologias e procedimentos.
- 10. À AdCL fica reservado o direito de fiscalizar e controlar a qualidade da prestação dos serviços, determinando a correção de eventuais anomalias detetadas.

Cláusula 8.ª

Dever de sigilo

- 1. O Cocontratante obriga-se a não divulgar quaisquer informações e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à AdCL, de que venha a ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
- 2. O Cocontratante obriga-se também a não utilizar as informações obtidas para fins alheios à execução do contrato.
- 3. O Cocontratante obriga-se a remover e destruir no termo final do prazo contratual todo e qualquer registo, em papel ou eletrónico, que contenha dados ou informações referentes ou obtidas na execução do contrato e que a AdCL lhe indique para esse efeito.
- 4. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 (cinco) anos após a extinção das obrigações decorrentes do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 9.ª

Tratamento de dados pessoais

- 1. No caso de o Cocontratante necessitar de aceder a dados pessoais no decurso da execução do contrato, deve fazê-lo exclusivamente na medida do estritamente necessário para integral e adequada prossecução dos fins constantes do contrato, na qualidade de subcontratante, e por conta e de acordo com as instruções da AdCL, nos termos da legislação aplicável à proteção de dados pessoais.

2. O Cocontratante não pode proceder à reprodução, gravação, cópia ou divulgação dos dados pessoais para outros fins que não constem do contrato, ou para proveito próprio.
3. O Cocontratante deve cumprir rigorosamente as instruções da AdCL no que diz respeito ao acesso, registo, transmissão ou qualquer outra operação de tratamento de dados pessoais.
4. O Cocontratante deve proceder à implementação de medidas de segurança de tratamento de dados pessoais e adotar medidas técnicas e organizativas para proteger os dados contra destruição accidental ou ilícita, perda accidental, alterações, difusão ou acesso não autorizados, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos.
5. O Cocontratante deve tomar as medidas adequadas para assegurar a idoneidade dos seus trabalhadores ou colaboradores, a qualquer título, que tenham acesso aos dados pessoais fornecidos pela AdCL, ou por quem atue em representação deste.
6. O Cocontratante deve assegurar que o acesso aos dados pessoais é limitado às pessoas que efetivamente necessitam de aceder aos mesmos para cumprir com as obrigações impostas pelo presente contrato e que os trabalhadores, colaboradores ou subcontratados assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitos a adequadas obrigações legais de confidencialidade, sendo o Cocontratante responsável pela utilização dos dados pessoais por parte dos mesmos.
7. Mediante solicitação escrita da AdCL, o Cocontratante deve, no prazo de 15 (quinze) dias, informar quais as medidas tomadas para assegurar o cumprimento dos deveres referidos nos números anteriores.
8. O Cocontratante deve comunicar de imediato à AdCL quaisquer reclamações ou questões colocadas pelos titulares dos dados pessoais.
9. O Cocontratante encontra-se adstrito a notificar de imediato a AdCL de qualquer monitorização, auditoria ou controlo por parte de entidades reguladoras/de supervisão de que seja objeto.
10. Se o Cocontratante tomar conhecimento, ou suspeitar, de violações de dados pessoais que resultem, ou possam resultar, na destruição accidental ou não autorizada de dados, na perda, alteração, acesso ou revelação não autorizada dos dados, deve notificar, por escrito, a AdCL disponibilizando-lhe uma descrição da violação de dados ocorrida, informando-o das categorias e número de titulares de dados afetados, das prováveis consequências da violação, assim como fornecer-lhe qualquer outra informação que a AdCL possa razoavelmente solicitar.
11. Quando se verifique uma violação de dados pessoais, por causas imputáveis ao Cocontratante, este compromete-se a adotar as seguintes medidas, sem quaisquer custos adicionais para a AdCL:

- a) Tomar de imediato as medidas necessárias para investigar a violação ocorrida, identificar e prevenir a repetição dessa violação, e encetar esforços razoáveis para mitigar os efeitos dessa violação;
 - b) Desenvolver as ações necessárias para remediar a violação; e
 - c) Documentar todas as circunstâncias referentes à violação para efeitos de controlo por parte da autoridade de supervisão.
12. O Cocontratante obriga-se a ressarcir a AdCL por todos os prejuízos em que esta venha a incorrer em virtude da utilização ilegal e/ou ilícita de dados pessoais, nomeadamente por indemnizações e despesas em que tenha incorrido na sequência de reclamações ou processos propostos pelos titulares dos dados, bem como por taxas, coimas e multas que tenha de pagar.
13. O incumprimento dos deveres estabelecidos na presente cláusula por parte do Cocontratante e a verificação de inexistência de garantias de *compliance* do Cocontratante é fundamento de resolução do presente contrato com justa causa pela AdCL, podendo implicar o dever de indemnização por eventuais violações que lhe sejam imputadas.

Cláusula 10.ª

Conservação de dados pessoais

1. O Cocontratante deve apagar e destruir os dados pessoais tratados quando os mesmos deixarem de ser necessários para a execução do contrato, e sempre em prazo não superior a um ano após a cessação do contrato que esteve na base da licitude do seu tratamento e de acordo com as instruções dadas pela AdCL.
2. Dependendo da opção da AdCL, o Cocontratante apagará ou devolverá todos os dados pessoais, depois de concluída a execução do Contrato, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados seja exigida ao abrigo da legislação aplicável.

Cláusula 11.ª

Transferência de dados pessoais

O Cocontratante não pode transferir quaisquer dados pessoais para outra entidade, independentemente da sua localização, salvo autorização prévia e escrita da AdCL, exceto se for obrigado a fazê-lo pela legislação aplicável, ficando obrigado a informar, nesse caso, a AdCL antes de proceder a essa transferência.

Cláusula 12.ª

Dever de cooperação

O Cocontratante deve cooperar com a Contraente Pública ou com qualquer outra empresa do Grupo AdP, mediante solicitação, designadamente nas seguintes situações:

- a) Quando um titular de dados pessoais exerça os seus direitos ou cumpra as suas obrigações nos termos da legislação aplicável, relativamente aos dados pessoais tratados pelo Cocontratante em representação da Contraente Pública;
- b) Quando qualquer das empresas do Grupo AdP deva cumprir ou dar sequência a qualquer avaliação, inquérito, notificação ou investigação da Comissão Nacional de Proteção de Dados ou entidade administrativa com atribuições e competências legais equiparáveis.

SECÇÃO II

OBRIGAÇÕES DA ADCL

Cláusula 13.^a

Preço base e preço contratual

- I. O preço contratual total não pode ser superior a 600.000,00 € (seiscentos mil euros), correspondente, em cada Lote, a:
 - a) Lote F – 50.000,00 € (*cinquenta mil euros*), por ano, até ao máximo de 150.000,00 € (cento e cinquenta mil euros) para o prazo máximo de 3 (*três*) anos;
 - b) Lote G – 50.000,00 € (*cinquenta mil euros*), por ano, até ao máximo de 150.000,00 € (cento e cinquenta mil euros) para o prazo máximo de 3 (*três*) anos;
 - c) Lote H – 50.000,00 € (*cinquenta mil euros*), por ano, até ao máximo de 150.000,00 € (cento e cinquenta mil euros) para o prazo máximo de 3 (*três*) anos;
 - d) Lote I – 50.000,00 € (*cinquenta mil euros*), por ano, até ao máximo de 150.000,00€ (cento e cinquenta mil euros) para o prazo máximo de 3 (*três*) anos.
2. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a AdCL deve pagar ao Cocontratante os preços constantes da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
3. Os preços referidos no n.º I incluem todos os custos, encargos e despesas, cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à AdCL, nomeadamente os relativos à utilização de viatura a afetar aos serviços, combustível, deslocações, seguros, comunicações (nomeadamente telemóvel), alimentação, viagens, estadias, meios informáticos (*hardware*), equipamentos individuais de

segurança, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 14.^a

Condições de pagamento

1. O preço a que se refere o n.º 2 da cláusula anterior será pago pela AdCL mensalmente, correspondendo cada mensalidade a 1/12 do valor anual da proposta adjudicada, acrescida do IVA à taxa legal em vigor.
2. As quantias devidas pela AdCL, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo de 30 (*trinta*) dias após a receção pela AdCL das respetivas faturas, a emitir mensalmente com base nos serviços efetivamente prestados no mês imediatamente anterior, de acordo com os preços constantes da proposta adjudicada.
3. Em caso de discordância por parte da AdCL, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao Cocontratante, por escrito, os respetivos fundamentos, podendo proceder à devolução da mesma, ficando o Cocontratante obrigado a prestar os esclarecimentos necessários e/ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
4. A falta de pagamento dos valores contestados pela Contraente Pública não vence juros de mora nem justifica a suspensão das obrigações contratuais do Cocontratante, devendo, no entanto, a Contraente Pública proceder ao pagamento da importância não contestada.
5. Desde que devidamente emitidas, e observado o disposto nos n.ºs 1 a 3 da presente Cláusula, as faturas devem ser apresentadas até ao dia 4 do mês seguinte a que se referem, conter a menção da respetiva nota de encomenda e são pagas através de transferência bancária para a instituição de crédito indicada pelo Cocontratante.
6. No caso de suspensão da execução do contrato e independentemente da causa da suspensão, os pagamentos ao Cocontratante serão automaticamente suspensos por igual período.

Cláusula 15.^a

Faturação

1. As faturas a apresentar pelo Cocontratante à AdCL, devem conter os elementos necessários a uma completa, clara e adequada compreensão dos valores faturados, os quais devem ser apresentados de forma desagregada.
2. A faturação deve ser efetuada de acordo com o disposto no Código do IVA, devendo a fatura mencionar, quando aplicável, todos os números das notas de encomenda e das guias de remessa a que dizem respeito.

3. As faturas são emitidas eletronicamente pelo Cocontratante e deverão ser enviadas para o Portal FE-AP, de receção de documentos em formato eletrónico (EDI), sistema suportado pela empresa eSPap – Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P.. Caso o Cocontratante não tenha ainda aderido a este Portal deve efetuar os seguintes passos:
 - a) Consultar a informação sobre a fatura eletrónica em <https://www.espap.gov.pt/spfin/Paginas/spfin.aspx#maintab>;
 - b) Consultar a informação específica do processo de adesão dos fornecedores <https://www.espap.gov.pt/spfin/onboarding/Paginas/onboarding%20de%20Fornecedores.aspx#maintab1>.
 - c) Preencher o formulário de adesão: https://pt.surveymonkey.com/r/FE-AP_CIUS.
4. As faturas eletrónicas deverão cumprir o estabelecido na versão em vigor do documento “Águas de Portugal - Manual de Boas Práticas - Faturação Eletrónica Inbound (Fornecedores)”, disponível em https://www.adp.pt/downloads/file427_pt.pdf.

Cláusula 16.ª

Revisão de Preços

1. Os preços serão revistos por aplicação do fator multiplicativo resultante da seguinte fórmula:
$$P = 0,80 \times H_r / H_0 + 0,20 \times I_r / I_0$$
Em que:
2. Os coeficientes H_r e H_0 são os índices de mão-de-obra oficiais para a construção civil no Distrito do local onde se insere cada prestação de serviços, respetivamente no mês em que foram efetuados os trabalhos a que diz respeito a fatura sujeita à revisão de preços e no mês anterior à data da apresentação da proposta;
3. Os coeficientes I_r e I_0 são os índices de preços no consumidor, excluindo habitação, no Distrito do local onde se insere cada prestação de serviços, respetivamente no mês em que foram efetuados os trabalhos a que diz respeito a fatura sujeita à revisão de preços e no mês anterior à data da apresentação da proposta.

SECÇÃO III

ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 17.ª

Acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato

1. A execução do contrato é permanentemente acompanhada pelo gestor do contrato designado pela

- AdCL, a identificar no contrato.
2. No exercício das suas funções, o gestor pode acompanhar, examinar e verificar, presencialmente, a execução do contrato pelo Cocontratante.
 3. Caso o gestor do contrato detete quaisquer desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, comunica-os, de imediato, ao órgão competente, propondo em relatório fundamentado as medidas que, em cada caso, se revelem adequadas à correção dos mesmos.
 4. O desempenho das funções de acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato não exime o Cocontratante de responsabilidade por qualquer incumprimento ou cumprimento defeituoso das suas obrigações.

CAPÍTULO III

MODIFICAÇÃO, INCUMPRIMENTO E EXTINÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 18.^a

Modificação objetiva do contrato

Além dos fundamentos de modificação objetiva previstos no artigo 312.º do CCP, o contrato não pode ser modificado.

Cláusula 19.^a

Cessão da posição contratual e subcontratação do Cocontratante

1. Além da situação prevista na alínea a) do n.º I do artigo 318.º do CCP, o Cocontratante pode ceder a sua posição contratual, na fase de execução do contrato, mediante autorização da AdCL.
2. Para efeitos da autorização a que se refere o número anterior, o Cocontratante deve apresentar uma proposta fundamentada e instruída com os documentos previstos no n.º 2 do artigo 318.º do CCP.
3. A AdCL deve pronunciar-se sobre a proposta do Cocontratante no prazo de 30 (trinta) dias a contar da respetiva apresentação, desde que regularmente instruída, considerando-se o referido pedido rejeitado se, no termo desse prazo, a mesma não se pronunciar expressamente.
4. Em caso de incumprimento, pelo Cocontratante, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, a AdCL pode determinar que o Cocontratante ceda a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do qual foi celebrado o contrato em execução, que venha a ser indicado pela AdCL, pela ordem sequencial daquele procedimento.
5. A subcontratação pelo Cocontratante depende de autorização da AdCL, nos termos do CCP.

Cláusula 20.^a

Sanções contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a AdCL pode exigir do Cocontratante o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
 - a) Pelo incumprimento das datas e prazos acordados em sede de execução contratual, por período superior a 10 dias, até 10% do valor do contrato;
2. O valor acumulado das sanções contratuais não pode exceder o limite máximo de 20% do preço contratual.
3. Nos casos em que seja atingido o limite de 20% e a AdCL decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%.
4. A AdCL pode descontar o valor das sanções contratuais devidas nos termos da presente cláusula nos pagamentos devidos ao Cocontratante.
5. As sanções contratuais previstas na presente cláusula não obstam a que a AdCL exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 21.^a

Força maior

1. Não podem ser impostas sanções contratuais ao Cocontratante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Cocontratante, na parte em que intervenham;

- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Cocontratante ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Cocontratante de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Cocontratante de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Cocontratante cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Cocontratante não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
- 1. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte, bem como informar o prazo previsível para restabelecer o cumprimento das obrigações contratuais.
 - 4. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.
 - 2. A suspensão, total ou parcial, do cumprimento pelo Cocontratante das suas obrigações contratuais fundada em força maior, por prazo superior a 30 (*trinta*) dias, autoriza a AdCL a resolver o contrato ao abrigo do n.º 1 do artigo 335.º do CCP, não tendo o Cocontratante direito a qualquer indemnização.

Cláusula 22.ª

Resolução do contrato por parte da AdCL

- 1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a AdCL pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o Cocontratante violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.
- 2. A AdCL poderá resolver o contrato, sem o pagamento de qualquer indemnização, sempre que ocorra o incumprimento definitivo por parte do Cocontratante de alguma das cláusulas estipuladas no Caderno de Encargos.
- 3. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao Cocontratante e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pela AdCL.

4. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do Cocontratante pode ser-lhe exigida uma pena pecuniária de até 20% (vinte por cento) do preço contratual.
5. Ao valor da pena referida no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo Cocontratante ao abrigo da cláusula 20.^a relativamente aos serviços objeto do contrato cujo incumprimento tenha determinado a respetiva resolução sancionatória.
6. O disposto no n.º 4 não prejudica o direito de indemnização nos termos gerais, não obstante a que a AdCL exija uma indemnização pelos danos excedentes.

Cláusula 23.^a

Resolução por parte do Cocontratante

1. O Cocontratante pode resolver o contrato com os fundamentos previstos no artigo 332.º do CCP.
2. Salvo na situação prevista na alínea c) do n.º I do artigo 332.º do CCP, o direito de resolução é exercido por via judicial.
3. A resolução do contrato não determina a repetição das prestações já realizadas pelo Cocontratante, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato.

Cláusula 24.^a

Execução da caução

1. A caução prestada para bom e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato, se aplicável, nos termos previstos no Programa do Concurso, pode ser executada pela AdCL sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pelo Cocontratante das obrigações contratuais ou legais, incluindo o pagamento de sanções contratuais, ou para quaisquer outros efeitos resultantes do contrato ou da lei.
2. A resolução do contrato pela AdCL não impede a execução da caução nos termos da lei ou do contrato.
3. Salvo no caso previsto no número anterior, a execução parcial ou total da caução constitui o Cocontratante na obrigação de proceder à sua reposição pelo valor existente antes da execução, no prazo de 15 (quinze) dias após a notificação da AdCL para esse efeito.
4. A caução a que se referem os números anteriores é liberada no prazo de [●] dias após o termo do prazo das obrigações de correção devidas pelo Cocontratante.

Cláusula 25.^a

Seguros

I. É da responsabilidade do Cocontratante a cobertura, através de contrato de seguro, dos riscos inerentes à atividade objeto do contrato a celebrar, designadamente:

a) Seguro de Responsabilidade Civil:

- i. O Cocontratante deve subscrever em seu próprio nome e de todos os eventuais contratados e trabalhadores independentes, uma apólice de seguro com cobertura de responsabilidade civil e que preveja a indemnização, em caso de sinistro, das perdas e/ou danos de caráter patrimonial e não patrimonial, causados a terceiros em geral e à AdCL em particular, em consequência da execução do presente contrato, cuja responsabilidade civil legal de natureza extracontratual pelo dano causado seja imputável a qualquer das entidades seguras na apólice, por si isoladamente ou de forma solidária;
- ii. Para todos os efeitos deste seguro, deverá constar nas Condições Particulares da Apólice que a AdCL será sempre considerada terceira, independentemente da sua relação jurídica com o tomador do seguro;
- iii. O Cocontratante é obrigado a contratar um seguro de responsabilidade civil que garanta a cobertura dos riscos e danos direta ou indiretamente emergentes da sua atuação no valor mínimo de €100.000,00 (cem mil euros), por sinistro e anuidade/por lote.

b) Seguro de Acidentes de Trabalho:

- i. O Cocontratante fica obrigado a celebrar contrato de seguro de acidentes de trabalho nos termos em que legalmente lhe for exigido, sendo responsável pelo pagamento de todos os encargos sociais estabelecidos na lei devidos pela presente prestação de serviços, nomeadamente prémios de seguro, contribuições para a segurança social, etc.
- ii. O Cocontratante obriga-se a efetuar apólices de seguro necessárias e legalmente impostas com cobertura de acidentes de trabalho e doenças profissionais, bem como a mantê-las válidas até à conclusão do contrato, nos termos da legislação em vigor.

c) Seguro de Responsabilidade Civil Automóvel:

- i. O Cocontratante fica obrigado a manter válidos e eficazes os seguros para todos os veículos, a aferir no âmbito do contrato.
- ii. O capital a segurar será de € 50.000.000,00 (cinquenta milhões de euros), por viatura.

2. Os encargos referentes aos seguros impostos por este Caderno de Encargos, bem como qualquer dedução efetuada pela Seguradora a título de franquia, em caso de sinistro indemnizável, correm por conta do Cocontratante.
3. A AdCL pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos na presente cláusula, devendo o Cocontratante fornecê-la no prazo 5 (cinco) dias.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 26.^a

Deveres de informação

1. Cada uma das partes deve informar sem demora a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com a boa-fé.
2. Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.
3. No prazo de 15 (*quinze*) dias após a ocorrência de tal impedimento, a parte deverá informar a outra do tempo ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do contrato.

Cláusula 27.^a

Comunicações

1. Salvo quando o contrário resulte do contrato, quaisquer comunicações entre a AdCL e o Cocontratante relativas ao contrato devem ser efetuadas através de carta registada com aviso de receção ou por correio eletrónico, para os contatos a identificar no contrato.
2. Qualquer comunicação feita por carta registada é considerada recebida na data em que for assinado o aviso de receção ou, na falta dessa assinatura, na data indicada pelos serviços postais.
3. Qualquer comunicação feita por correio eletrónico é considerada recebida na data constante do respetivo recibo de receção e leitura remetido pelo recetor ao emissor.

Cláusula 28.^a

Foro competente

Para a resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal administrativo e Fiscal de Coimbra, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 29.^a

Direito aplicável e natureza do contrato

O contrato rege-se pelo direito português e tem natureza administrativa

Cláusula 30.^a

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no presente caderno de encargos são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, aplicando-se à contagem dos prazos as demais regras constantes do artigo 471.º do CCP.

ANEXO I

Localização geográfica esquemática das infraestruturas dos

Polos da Ria, do Mondego

